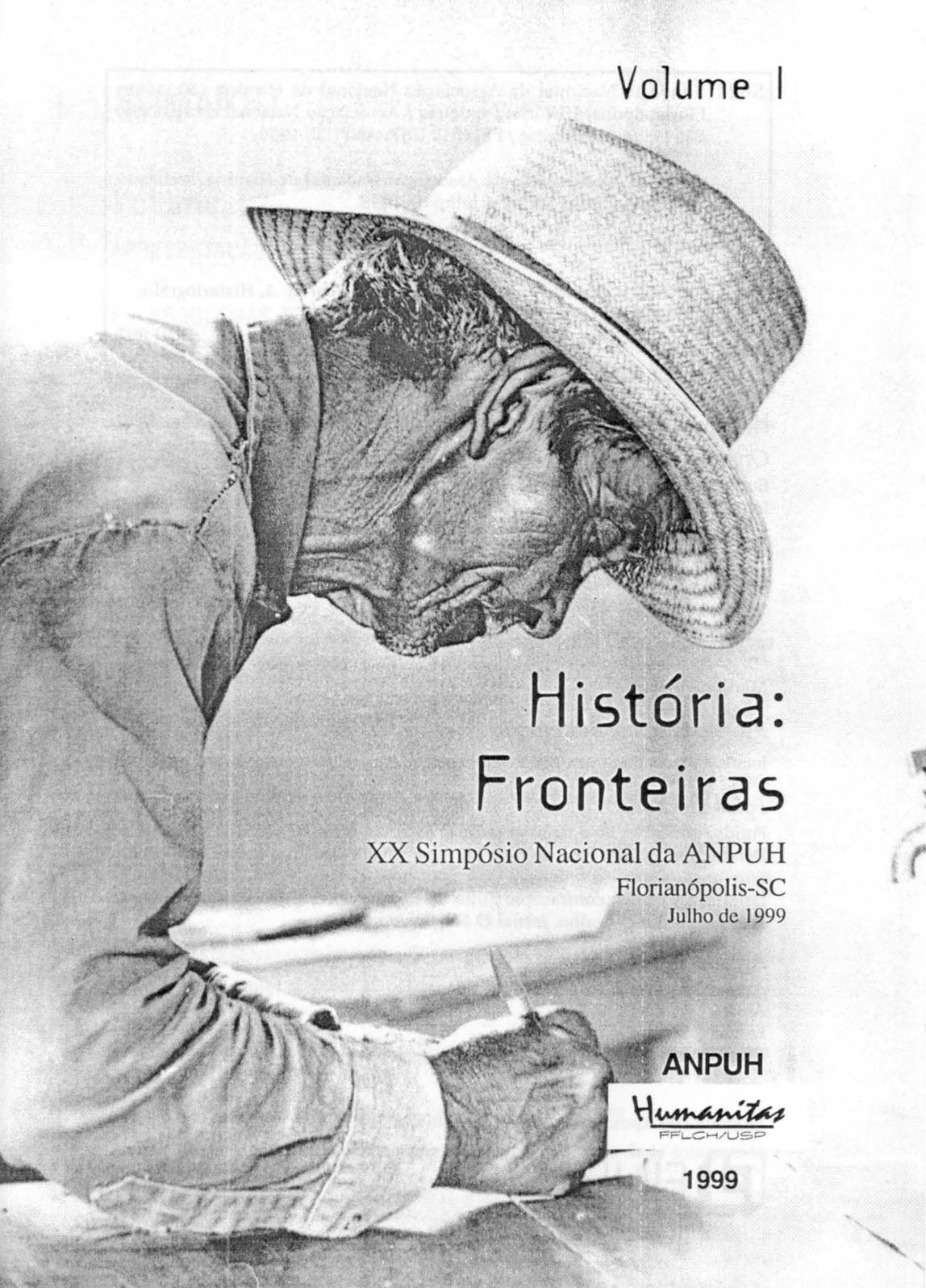


# historia: fronteiras



**Vol. I**

Eunice Nodari  
Joana Maria Pedro  
Zilda M. Gricoli Iokoi  
(organizadoras)



Volume I

# História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

*Humanitas*  
FFLCH/USP

1999

---

# ANÁLISE HISTÓRICA E TEORIA ECONÔMICA

---

Geraldo de Beauclair  
Universidade Federal Fluminense

## ASPECTOS GERAIS

A apropriação da teoria econômica pelo historiador (ou a incorporação dos estudos históricos na construção das teorias econômicas) tem sido um trabalho constante nos últimos anos, mas que nem sempre tem resultado numa interação positiva entre as diferentes esferas do saber, situadas nas duas grandes áreas do conhecimento de que se trata.

Talvez o fator mais evidente, ensejador dessa inadequação, resida no fato de que a Economia, em tanto que objeto de uma epistemologia das ciências naturais em sua origem (o que não afastou o tratamento matemático a partir da segunda metade do século XIX) ainda seja considerada como uma atividade humana submetida a certas leis de validade universal; e justamente essa epistemologia alcança seus maiores êxitos quando dispensa, sempre que possível, fatores históricos, e, ademais, quando põe, sob uma ótica privilegiada, o estudo da atividade econômica em sociedades quantitativamente importantes e com um grau de nivelamento apreciável.

Quase todo aspecto histórico é eliminado da análise epistemológica, como na concepção das forças naturais do mercado, com todas as suas transformações por que passou na época contemporânea.

Por outro lado, em tanto que objeto de uma epistemologia das ciências humanas e sociais, a economia se preocupa com as condições imateriais do processo de produção, assim como das

condições históricas, chegando até a direções fortemente historicizantes (como na Escola Histórica Alemã).

Mas o tipo de análise proporcionado por Marx, Max Weber e Schumpeter, pensadores de diversas posições frente a questões sociais – mas todos possuidores de um trabalho extremamente integrador – constitui-se ainda em inspiração de um trabalho verdadeiramente interdisciplinar e facilitador de aproximações recíprocas.

Não seria por demais lembrar que a natureza e as fronteiras desses dois campos foram objeto de importantes discussões na Alemanha, quando a História Econômica surgiu como uma alternativa para a teoria econômica clássica.

A Escola Histórica Alemã, principalmente com Roschert, Knies e Hildebrand, defendeu a relativização da teoria clássica inglesa e questionou o seu cosmopolitismo, que, afinal das contas, escondia os interesses dos grandes negociantes ingleses. Em contrapartida, a Escola Histórica, por meio de seus membros, exigia uma política nacional, enfatizando as limitações do método dedutivo (baseado na abstração do “homem econômico”) e propondo a utilização de modelos históricos ao invés de modelos matemáticos.

Os trabalhos da Escola foram continuados por Schmoller e Sombart. O primeiro, na década de 1880, preocupou-se em criticar Menger (principal figura dos neo-clássicos deste período) e foi, a seu turno, criticado por ele. Menger atacou a “errônea suposição” de Schmoller de que seria possível reformar a teoria econômica relacionando-a ao conhecimento histórico. Mas o confronto entre as diversas atitudes acadêmicas nessa controvérsia foi extremamente importante para o desenvolvimento da História Econômica.

Max Weber seguiu até certo ponto a Schmoller. Para este, a objetividade do saber requer que ele se situe dentro da condicionabilidade histórica. Não obstante, há que superá-la para chegar até as essências que nele se manifestam, e as essências que se oferecem por meio das existências são os “tipos ideais”, que aparecem tanto nos grupamentos humanos, como na forma de organização destes.

Não se pode compreender bem Weber, se o desvincularmos da Escola Histórica Alemã. Mais do que *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o seu livro *Roscher e Knies e os problemas lógicos da economia nacional histórica* nos diz mais sobre as fronteiras e a integração da Economia e da História. Weber vai além desses autores porque os tipos suprahistóricos se referem a fenômenos que se repetem numa variedade de contextos históricos (são conceitos generalizantes, como economia tradicional). Mas existe o tipo ideal em relação a conceitos como “economia urbana medieval” ou “ética econômica protestante”. São tipos ideais onde lhes falta a qualidade geral abstrata. Aquecem a percepção da singularidade dos fenômenos históricos. Weber harmoniza, enfim, a Escola Histórica com o neo-classicismo de Menger.

Efetivamente, a controvérsia alemã teve muita repercussão fora desse país; entretanto, desde os começos do século XX, o pensamento marxista arrebatou da Escola Histórica a abordagem das ciências econômicas consistentemente histórica. Recentemente, as obras sobre História Econômica refletem uma influência mais acentuada da parte dos teóricos em Economia. Aos historiadores vêm cabendo a elaboração de trabalhos ligados a uma história econômico-social, apreendida de forma conjunta, global.

Quanto ao território explorado por economistas, a História Econômica se fragmenta, curiosamente, em linhas paralelas às da Economia. Assim é que a ênfase se dá no estudo das flutuações de renda, no estudo dos preços, do emprego, da moeda e do crescimento econômico. Trabalha-se com agregados quantitativos e também com organizações econômicas, como estabelecimentos industriais, agrícolas, comerciais, bancários e de serviços. Estes trabalhos, entretanto, teriam o seu interesse multiplicado, se fossem integrados no conjunto de uma história econômico-social.

#### ASPECTOS PARTICULARES

Seria importante lembrarmos a contribuição de Schumpeter. Ele já notava, por exemplo, que a ação mútua entre todas as formas institucionais e a atividade empresarial é sempre um tópico importante para a investigação histórica. E dela não se excluiria, naturalmente, suas relações com o governo, não só por meio do

impacto da política econômica (política alfandegária, de crédito, cambial etc) mas o próprio papel dos funcionários públicos, ministros, parlamentares, particularmente importantes, não só nos países como a Alemanha ou países latinos, mas também nos asiáticos e anglo-saxões.

Tais categorias, nas quais se incluem também os sindicalistas, dedicando-se à organização e administração de empresas, tornam o quadro extremamente rico para a teoria econômica e a pesquisa histórica. E tudo isto vem mudando vertiginosamente no curso do desenvolvimento capitalista.

Outra questão que me parece relevante e que já foi de muito levantada por Schumpeter: a distribuição de receitas à atividade empresarial constitui outro grupo de problemas a respeito do qual a investigação histórica pode prestar bons esclarecimentos. Neste ponto, a questão pode ser aberta. Conviria tratar não só da renda empresarial mas da repartição de renda de modo geral. Se há um setor em que a ciência econômica é particularmente deficiente (Jean Marchal enfatiza muito esses aspectos) é o da repartição da renda, do mecanismo de formação das rendas individuais e das modificações lentas ou rápidas que podem sofrer. Se a ciência econômica deve permitir aos homens de Estado elaborar uma política nacional, como agir se são muitas vezes ignorados eventos que presidem a formação e a evolução das rendas? A cifra de renda significa, para cada homem, algo extremamente fundamental. Tanto quanto o montante, é imprescindível observar a maneira pela qual ela é dispendida.

Quando os fisiocratas do século XVIII – numa França com sua antiga indústria limitada quase à produção de artigos suntuários consumidos pela nobreza – afirmavam que a renda oriunda da agricultura era a base da economia (porque a agricultura era a única capaz de ensejar um produto líquido, um excedente) – eles visavam formular uma política econômica prática, que salvasse o antigo regime, inclusive com novas formas de tributação.

Ao início do século XIX, Ricardo, que fazia uma abordagem distributivista, consolidou no seu tempo uma teoria que levava em conta a evolução das rendas e propunha políticas que visassem a livre troca dos produtos e a divisão internacional do trabalho.

Esses teóricos que visavam propor políticas à sua época para condições específicas de seus países, hoje podem e devem ser contestados e, obviamente, não servem de apoio a políticas de um Estado do tempo presente. Mas elas não foram substituídas posteriormente. É certo que existem teorias da repartição, mas por falta de estudos interdisciplinares, não ficam bem compreendidos os meandros mais íntimos dos processos distribuídos. Os historiadores podem contribuir nesse sentido, produzindo uma teoria realista da repartição, enriquecida inclusive com as contribuições recentes no campo da teoria econômica. Esse trabalho do historiador daria a necessária fecundidade e revitalizaria a análise.

Jean Marchal entende que se deveria estabelecer categorias de renda para uma nova teoria da repartição mais de acordo com a estrutura da sociedade contemporânea. Essas categorias de renda devem refletir o comportamento dos grupos que perceberam os recursos. A natureza do produto e dos serviços geradores de receita não importa tanto na pesquisa: apenas na medida em que influi sobre os métodos utilizados para adquirir a renda e tentar manter seu montante em nível considerado suficiente. É preciso, certamente, analisar do ponto de vista histórico a situação em que se acham os grupos sociais na luta para a repartição da renda social.

Fugindo de uma categorização vaga para os dias de hoje - como, por exemplo, na utilização apenas das “rendas de assalariados” e “rendas dos capitalistas”, Marchal propõe uma subdivisão minuciosa, tão próxima da realidade quanto possível, a saber: salário, ordenado, vencimento, renda dos empresários (lucro industrial e comercial), lucro agrícola, arrendamento de terra, juro, dividendo de quotas de capital, renda especulativa (do câmbio e outros expedientes). Algumas categorias são facilmente perceptíveis, outras requerem uma explicação.

O salário é definido como renda dos trabalhadores não-qualificados, sem especialização e recursos outros. É simplesmente um homem indo ao mercado de trabalho, às vezes sindicalizado, e oferecendo trabalho simples. Distingue-se do ordenado, renda daqueles que se inserem em “quadros” de variada especialização (mestres, contra-mestres, operadores vários, engenheiros etc).

Os partidários da teoria tradicional não deixarão de objetar que esses indivíduos contribuem, como as demais, com trabalho. Mas a subdivisão é uma filosofia para tornar a pesquisa mais factível. Certamente a maioria desses indivíduos não dispõe, como o do grupo precedente, fortuna prévia. Nos Estados Unidos eles permanecem geralmente fora dos sindicatos. Na França e no Brasil muitos aderiram às organizações operárias tradicionais, mas grande parte está agrupada numa organização à parte, com fins específicos. O leque salarial e sua abertura torna-se consequência da competência, da especialização ou mesmo dos contatos com a direção.

O vencimento – renda dos funcionários, agentes do Estado ou de coletividades públicas – que é obtido pelo trabalho simples ou qualificado, poderia ser enquadrado nas duas categorias anteriores. É necessário reconhecer que a evolução recente tem tendido a aproximar a condição de agente estatal com a de agente das organizações privadas (risco de dispensa). Mas a defesa de sua remuneração não se dá exatamente da mesma maneira e não alcança os mesmos resultados. De alguma forma, acha-se ainda mais próximo do poder. A reconstituição histórica da atuação desses grupos na obtenção de renda assume a maior importância, eis que a evolução do capitalismo vem alijando paulatinamente o conjunto desses agentes de direitos e do poder decisório, reservando a uma minoria a proximidade com o poder.

Com relação às demais categorias, mais ligadas aos rendimentos do capital, as considerações de Schumpeter ainda nos pareceu muito atuais no que tange ao papel da história e da teoria econômica.

Voltemos a ele. Uma organização (familiar ou sociedade anônima) conseguindo o barateamento da matéria-prima utilizada, por uma inovação técnica qualquer, venderá a unidade produzida a preço mais barato, obtendo sobre a renda habitual uma renda adicional, até que os demais produtores passem a utilizar o processo inovador. Esta renda, atribuída à sua criatividade, – e uma vez que o método foi exclusivo – poderá ser chamado de renda monopolista. Nesse caso, o pesquisador encontra apenas as dificuldades relativas ao descobrimento do fato. O

que acontece com a renda diferencial é verificável: o ganho vai para o empresário exclusivamente. Essas situações excepcionais é que garantem ao empresário essa renda diferencial, já que a renda “normal” poderá servir para cobrir as demandas das categorias de trabalhadores que recebam salários e ordenados, e até mesmo das que recebem vencimentos, se para tanto o governo aumentar a carga tributária. Esta questão é importante e deveria merecer mais atenção dos historiadores, posto que a evolução do capitalismo vem ensejando uma filosofia na classe empresarial de que a organização não sobrevive com o lucro “normal”, atendidas as cargas tributárias, as reivindicações sindicais e outros fatores.

Schumpeter não se afasta muito de Marx nesse particular, nem dos marxistas “revisonistas” da primeira metade do século XX. Considerada a tendência decrescente da taxa de lucro, já formulada por Marx, as causas examinadas por este diferem substancialmente das estudadas por Schumpeter. Mas, com relação às causas contrabalançadoras, que impedem e anulam a tendência do lucro a decrescer, Schumpeter empata com Marx, pelo menos no que se refere a dois fenômenos: a ampliação do comércio externo, criando condições excepcionais para a compra de matéria prima e para a venda vantajosa dos produtos, e o barateamento dos elementos do capital constante.

Mas Schumpeter continua a aprofundar a questão: os frutos do conseqüente progresso técnico são levados até os consumidores e trabalhadores? A resposta é dupla. Encontramos a prática dos inovadores procurando conservar sua renda por meio de patentes e “outros meios”. Reunir os fatos, cuidadosamente, é a melhor maneira de esclarecer tais problemas e dar ao historiador elementos estratégicos de compreensão e por fim a *slogans*. Por outro lado, os lucros do empresário bem sucedido – e dos capitalistas que o suprem de recursos – devem ser considerados, não como o esforço do primeiro e cessão de recursos dos últimos, mas como o esforço e a cessão de todos os capitalistas, que tentam e perdem. A presença de lucros empresariais vultosos e que geram admiração é uma renda negativa para empresários e capitalistas como grupo, e, além disso, para toda sociedade. Em

contrapartida, o lucro empresarial não é um acréscimo líquido às rendas do setor industrial. O impacto do novo produto ou novo método, distribui perdas para as firmas velhas (o que pode redundar até num processo de absorção e conseqüente centralização). A competição do homem que possui curva de custos bem mais baixa, é a competição efetiva, que no final revoluciona a indústria.

Segundo Schumpeter, uma investigação histórica detalhada desse processo pode mostrar-nos muito a respeito do capitalismo do passado e do futuro. Os ensinamentos dos teóricos de que o capital migra das indústrias decadentes para as ascendentes carece de comprovação empírica. Muitas vezes, o capital investido, por exemplo, numa Estrada de Ferro, não migra necessariamente para um ramo de transporte mais avançado, como o transporte aéreo. Morrerá, talvez, na mesma atividade ferroviária. Investigação por meio das histórias das indústrias e firmas, afim de conhecer quanto tempo elas permanecem no negócio e porque se retiram, pode, neste caso, eliminar com noções pré-concebidas que existem em torno dessa questão. A importância da função empresarial declina com o passar do tempo? A atuação empresarial envolve, de um lado, a habilidade para perceber novas oportunidades e os resultados só serão conhecidos posteriormente à ação, por outro lado, a força de vontade adequada para quebrar a resistência que o meio social oferece. Mas a extensão das prováveis expansões e a ação contra obstáculos é cada vez mais substituída pela ação baseada em cálculos. Além disso, os ambientes modernos podem oferecer menos resistências a novos métodos. O elemento de intuição e força pessoal será menos essencial do que era; ele poderá ceder lugar a uma equipe de especialistas: o melhoramento será no sentido de cada vez mais automação.

Há um fenômeno paralelo em outros campos de atividade. O comando militar irá significar menos para o resultado de uma guerra: as campanhas se tornaram mais calculadas e há menos campo para a liderança pessoal. Cabe ao historiador o acompanhamento desse processo. Assim como os atores militares declinaram em importância – e a direção começou a se tornar mais automatizada – os homens de negócio individualmente podem

declinar em importância, e a figura antes a mais vital – o empresário – perde progressivamente sua função mais essencial.

Assim como a ascensão da chamada classe burguesa é associada com o sucesso das empresas industriais e financeiras, a ascensão de uma família, em particular, ao *status* capitalista (dentro desta classe) é tipicamente associada ao o sucesso empresarial; a eliminação de uma família de classe capitalista é tipicamente associada à perda daquelas atitudes e aptidões de liderança que fazem parte do nosso quadro de tipos humanos.

A atividade empresarial bem sucedida é aquele método de subir na escala social, característico dos planos capitalistas. Não é, evidentemente, o único método. Há outras possibilidades na esfera econômica, como a mera especulação, a própria corrupção ou um sucesso ocasional, que não participam necessariamente do elemento especificamente empresarial. Tais situações podem dar pistas sobre questões fundamentais em relação ao Estado, à atuação e decadência da empresa e o seu grau de durabilidade. Até quando é verdadeiro que empresários, enquanto não formam uma classe social, mas se originam de quase todas as camadas, realmente alimentam ou renovam o extrato capitalista? Será que por meio da história típica das famílias industriais, chegaremos àquelas atividades empresariais “criadoras” de uma relação que produziu os excedentes capitalistas durante certo tempo? Quanto de verdade há na controvérsia de que o interesse da família industrial e financeira é, na sociedade capitalista, o guardião do futuro econômico da nação? Essas perguntas, e outras que podem ser acrescentadas, têm atraído a atenção de pesquisadores, mas esses estudos não são numerosos e a atenção foi inconstante.

Concluindo, deve-se frisar que os diversos aspectos particulares aqui abordados, com as devidas limitações, constituem um conjunto de sugestões que visam tornar mais constante o trabalho do historiador no sentido do aprofundamento da articulação íntima com a teoria econômica. Menger atacou o que para ele era a “errônea suposição” de Schmoller, qual seja, a de reformar a teoria econômica relacionando-a ao conhecimento histórico.

A “suposição” – os eventos posteriores confirmaram – não foi errônea. Errônea foi a excessiva relativização da teoria eco-

nômica, o que, afinal, redundou numa forma de historicismo radical. Relacionar não é necessariamente relativizar. O importante é evitar o relativismo que rechaça a teoria (e a teoria econômica), entendendo que a validade dos juízos nela contidos depende exclusivamente das condições e circunstâncias históricas.

O que se pretende, sim, é testar, enriquecer (e mesmo negar) as teorias por meio das condições concretas, circunstâncias históricas, e até da vida cotidiana. Foi o que sugerimos, quando, por exemplo, ao longo deste trabalho, apontamos aspectos bem particularizados da teoria da repartição da renda que poderiam ser grandemente revitalizados, mediante um sistemático trabalho de pesquisa histórica.